

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Governo de Minas questiona acordo do nióbio com a CBMM.....	2
Título: Governo vai liberar R\$ 63 bi do FGTS e PIS.....	3
Título: ANTT cede a caminhoneiros em tabela do frete	4
Título: Cade vai investigar obras da Petrobras e de estádios	6
Título: Curtas	8
Título: Investidores iniciam arbitragem contra Vale	8
Título: WEG avança nos mercados de motores da China e Índia	10
Título: Raízen fecha acordo em ação de desapropriação	12
Título: Dividendo renova apelo com juro baixo	14
Título: Wall Street tem pregão negativo com petróleo	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Governo muda de tática para vender Eletrobrás	16
Título: Petrobrás vai encerrar operações no Uruguai.....	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	18
Título: Após corte de luz, MEC processa UFMT por ‘má gestão’	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 17/07/2019****Seção: Empresas****Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo****Título: Governo de Minas questiona acordo do nióbio com a CBMM**

O nióbio está novamente na pauta do dia. O governo de Minas Gerais está questionando um contrato com a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) firmado em 1972 em que estabelecia uma parceria para exploração das jazidas de nióbio em Araxá (MG). Na prática, o governo, mineiro, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais (Codemig), quer reavaliar os termos do acordo em que se estabeleceu o critério de quantidade de minério extraído como pagamento ao governo e não o teor de nióbio contido na lavra pertencente ao Estado, contígua a uma jazida da mineradora.

Quando o contrato foi assinado, foi fixado que a jazida existente em Araxá, dividida entre o estado e a CBMM, teria a extração do minério realizada por meio de duas lavras. A CBMM ficaria responsável por toda a operação, beneficiamento e metalurgia do minério, bem como a comercialização. Em troca, o estado receberia 25% do lucro líquido anual auferido pela mineradora.

O acordo, renovado em 2002, foi seguido por 47 anos sem questionamento. Todavia, no ano passado, conforme a Codemig, foi feita avaliação de Recursos e Reservas e foi constatado que o minério de sua concessão tem teor de nióbio 18% maior do que o da CBMM. "Até 120 mil toneladas de óxido de nióbio podem ter saído a mais da mina da Codemig. Porém, para verificar essa informação, uma reconciliação técnica mineral será feita nas cavas de Araxá para confirmar quanto foi extraído desde o início da vigência do contrato", informa, a empresa, em nota. Uma consultoria especializada vai ser contratada para fazer essa avaliação.

Eduardo Ribeiro, presidente da CBMM, disse ao **Valor** que na assinatura do contrato já constava que o teor de nióbio na mina da Codemig era 8% maior que a reserva da CBMM e ficou definido que o critério para o repasse para o governo seria a quantidade de material extraído nas minas.

"A lavra igualitária é o acordo de se minerar a mesma quantidade nas duas minas. A questão do teor não foi considerado na época. Vamos fazer essa reavaliação das reservas da CBMM e da Codemig com base nos documentos

que enviamos todos os anos para o órgão gestor, agora a ANM (Agência Nacional de Mineração)", afirmou Ribeiro.

Segundo ele, caso se comprove desequilíbrio para um dos lados, o contrato fixa que a extração do minério seja feita em maior quantidade na mina onde houve extração menor. "Mesmo no caso de se comprovar esse desequilíbrio no teor pelo lado do governo, não envolveria pagamento de dinheiro. Vamos reequilibrar o contrato retirando mais material da parte da CBMM. Temos condições de reequilibrar isso em meses."

De 1972 até hoje, foram extraídas de cada mina 41 milhões de toneladas de minério de nióbio. Para este ano, a expectativa é de uma produção de 7 milhões de toneladas de material. Ribeiro acrescentou que serão repassados ao Estado cerca de R\$ 1 bilhão. Em 2018, o governo teve direito a R\$ 899 milhões. "Não me parece razoável rasgar um contrato que tem dado certo há tanto tempo. Se em 2032, quando acaba esse acordo, for proposto outras normas e se estabelecer que o teor de nióbio tem que ser considerado, vamos sentar e conversar. Queremos uma solução para essa questão", disse Ribeiro.

A Codemig, no entanto, ressaltou que, com base na diferença de teores de nióbio e na paridade que fundamenta o contrato, não se permite considerar apenas o volume de minério para a definição do conceito de lavra igualitária. "Por isso, desde agosto de 2018, a Codemig mantém tratativas com a CBMM para adequação da execução do contrato. A interpretação da Codemig é subsidiada por quatro pareceres jurídicos que atestam a necessidade de correção do desequilíbrio na extração do nióbio", informou. Segundo a estatal, o artigo 21 da Escritura Pública, que é o contrato entre as partes, estabelece igual acesso ao mercado final dos produtos derivados do beneficiamento do minério de nióbio.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Santa Fe (Argentina)

Título: Governo vai liberar R\$ 63 bi do FGTS e PIS

O governo tem medidas de estímulo para a economia prontas para anunciar nos próximos dez dias, disse ontem à noite o ministro da Economia, Paulo Guedes, ao **Valor**. A tendência, segundo ele, é divulgar na quinta-feira as regras de liberação de recursos do PIS/Pasep e de contas do FGTS. Na semana que vem, seria a vez de uma cerimônia no Planalto para o "choque de energia barata", com a abertura do mercado de gás.

Guedes disse que sua expectativa é liberar R\$ 42 bilhões do FGTS, a serem sacados no mês de aniversário dos correntistas. No caso do PIS/Pasep, ele prevê que R\$ 21 bilhões ficarão disponíveis, mas só R\$ 2 bilhões devem ser efetivamente retirados pelos trabalhadores. "Agora, com o avanço na tramitação da Previdência, podemos levar essas medidas adiante".

Um decreto presidencial transformará em decisão as recomendações do Conselho Nacional de Política Energética para reduzir o preço do gás natural. Questionado sobre a possibilidade de renovação antecipada das concessões de distribuidoras como Comgás (SP) e CEG (RJ), Guedes disse que esse é o caminho preferido pelo governo, mas a extensão contratual terá como contrapartida um incentivo ao mercado livre, dando maior possibilidade de escolha do fornecedor pelos clientes.

Para o ministro, após 20 semanas consecutivas de redução nas projeções do mercado para o crescimento do PIB em 2019, a economia parou de piorar. "Estava caindo, mas já saímos do fundo do poço". De acordo com ele, o Banco Central e a Secretaria de Política Econômica lhe repassaram dados mostrando que já existe uma "ligeira melhora" em indicadores de consumo e de empréstimos no sistema financeiro.

Na chegada a Santa Fe, onde ocorre a cúpula presidencial do Mercosul, Guedes e seus auxiliares defenderam uma abertura gradual da economia brasileira. O secretário de Comércio Exterior, Lucas Ferraz, disse que a ideia é chegar a dezembro com um plano de trabalho para a reestruturação da Tarifa Externa Comum (TEC).

Hoje as alíquotas de importação do bloco estão em 13,5%. Ferraz considera factível diminuir essa média para algo entre 6% e 7% - não de uma vez. "Mas boa parte disso no atual governo", enfatiza. O Brasil assume hoje a presidência rotativa do Mercosul, até o fim do ano, e tem como prioridade a entrega do plano de revisão da TEC em seis meses. Seria o primeiro corte unilateral de tarifas significativo em 25 anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt e Carla Araújo | De Brasília

Título: ANTT cede a caminhoneiros em tabela do frete

A nova forma de cálculos da tabela de frete rodoviário foi aprovada ontem pela diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Por decisão unânime, o comando da agência aprovou a nova resolução sobre o tema e validou o relatório com a análise das contribuições apresentadas na audiência pública sobre o estudo técnico elaborado por pesquisadores em logística da Esalq/USP.

A ANTT teve que ceder aos apelos de caminhoneiros autônomos, transportadoras e entidades do setor produtivo. O órgão acatou pedidos de ajustes pontuais na metodologia de cálculo dos valores mínimos (o piso) do frete. A nova tabela será publicada na próxima semana.

A definição do valor mínimo do frete, aprovada ontem, prevê novas composições de veículos por eixo para as cargas containerizada, perigosa e neogranal. Também inclui os custos que haviam sido desconsiderados ou estavam imprecisos, como os relacionados à velocidade de deslocamento do veículo carregado, ao tempo de carga e descarga, à jornada de trabalho dos motoristas e às despesas com a manutenção (diesel e pneus), o IPVA e o licenciamento do caminhão.

Além disso, foi admitida a criação de uma segunda tabela com o valor mínimo do frete para a contratação apenas do caminhão - o veículo automotor -, sem as partes usadas para o transporte da carga (carreta ou semirreboque).

Ontem, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, disse ao **Valor** que a nova tabela sairá na segunda-feira. Segundo ele, há "muito consenso" e que a maior parte da categoria, que parou o país em greve contra o aumento do óleo diesel em maio de 2018, "está confortável" com os valores.

Se acabarem, de fato, os embates em torno do frete rodoviário, o Ministério da Infraestrutura deve começar a atuar em novas frentes. "A receptividade da tabela está boa, o que os caminhoneiros querem é o Ciot [Código Identificador da Operação de Transportes] para todos", disse, ressaltando que o tema já "está em estudo". O código é usado pela ANTT para regulamentar o pagamento do frete rodoviário.

Os caminhoneiros autônomos devem contar com um aplicativo de celular para calcular o valor do frete em cada viagem, a partir dos novos critérios da ANTT. O recurso tecnológico foi desenvolvido pela estatal de tecnologia da informação, o Serpro, a pedido do Ministério da Infraestrutura.

A última versão do aplicativo foi apresentada aos representantes dos caminhoneiros, das transportadoras e do setor produtivo que se reuniram com integrantes do governo federal na semana passada.

O aplicativo de celular será disponibilizado de forma gratuita nas lojas virtuais. A ideia é permitir que o próprio caminhoneiro saiba o valor mínimo do frete antes de negociar com quem for contratar o serviço, bastando fornecer informações sobre valor de pedágio, previsão de parada e pernoite, entre outras. O governo prevê o lançamento do aplicativo após a publicação da nova tabela de frete.

A nova tabela trará mudanças significativas em relação à atual. Os valores vigentes, aprovados no ano passado, foram estabelecidos para apenas cinco categorias de carga. O trabalho da Esalq ampliou para 11 categorias e também incluiu veículos com maior número de eixos.

Agora, os valores mínimos consideraram, de um lado, custos fixos do serviço de carga nas rodovias, que não variam com a distância percorrida e existem mesmo se o caminhão está parado, como perda de valor do veículo (depreciação), o salário do motoristas, e encargos sociais.

A tabela também incorporou custos variáveis, que aumentam de acordo com a distância da entrega e caem praticamente a zero quando o caminhão não está sendo usado. Isso envolve as despesas com manutenção e o combustível, por exemplo.

Com o aprofundamento dos estudos técnicos, a ANTT conseguiu afastar a ideia de que estaria impondo um "tabelamento" de preços no setor, mas apenas estabelecendo uma referência de custos para a livre negociação. Esta, inclusive, foi a questão que levou as entidades do setor produtivo a questionar a constitucionalidade da política nacional de piso mínimo no Supremo Tribunal Federal.

O novo cálculo do frete foi aprovado em rápida análise da diretoria da ANTT. O processo foi relatado pela diretora Elisabeth Braga. Ela disse que houve apenas um ajuste na minuta de resolução levada à audiência pública. A alteração estava relacionada à exigência de documento de transporte eletrônico (DTE).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Juliano Basile | De Brasília

Título: Cade vai investigar obras da Petrobras e de estádios

A Superintendência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) instaurou, ontem, dois processos para apurar práticas de cartel. Um deles envolve empresas construtoras de obras da Petrobras. O outro vai apurar as

licitações para construção de vários estádios de futebol para a Copa do Mundo, em 2014. Ambos tratam de apurações iniciadas pela Operação Lava-Jato, da Polícia Federal.

As empreiteiras que serão investigadas por causa de obras da Petrobras são: Odebrecht, OAS, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Carioca Engenharia, Construbase, Construcap, Hochtief do Brasil, Mendes Júnior, Racional, Schahin Engenharia e WTorre.

O processo também envolve 23 pessoas físicas ligadas a essas companhias. As empresas e as pessoas físicas citadas terão um prazo de 30 dias para apresentarem defesa junto ao Cade.

As empresas que terão que responder ao processo envolvendo as licitações de estádios, segundo consta do despacho de ontem, são: o grupo Odebrecht, representado pelas empresas CNO, OEI e OPI, além da Andrade Gutierrez, Carioca Engenharia, Camargo Corrêa, OAS, Queiroz Galvão, Delta e Via Engenharia. Neste caso as apurações envolvem, também, 36 pessoas físicas.

No processo aberto para investigar supostas práticas de cartel nas obras de engenharia da Petrobras, a Superintendência do Cade identificou evidências de que as empresas teriam trocado informações para permitir a distribuição de projetos entre os participantes, "bem como a organização de uma estrutura para apresentação de propostas de cobertura e supressão de propostas nos procedimentos licitatórios", conforme despacho da superintendência.

As apurações tiveram início a partir da assinatura de um acordo de leniência com a Carioca Engenharia e com pessoas ligadas a empresa. Se as investigações confirmarem a prática de cartel, os envolvidos poderão ser multados em valores que oscilam de 0,1% a 20% do faturamento anual das empresas. Já as pessoas físicas poderão ser multadas em algo entre R\$ 50 mil e R\$ 2 bilhões.

A Superintendência verificou que pelo menos três grandes obras foram afetadas por um suposto cartel - a construção do Centro de Pesquisas Leopoldo Américo Miguez de Mello (Novo Cenpes), do Centro Integrado de Processamento de Dados da Tecnologia da Informação (CIPD), e da sede da Petrobras de Vitória (Sede de Vitória-ES). O Cenpes e o CIPD estão localizados no Rio de Janeiro. Os contratos apontados como ilícitos pelas empresas concorrentes datam de 2006.

A investigação da construção dos estádios da Copa do Mundo teve início a partir de um acordo de leniência com a Andrade Gutierrez. Os integrantes desta

companhia apresentaram informações de que houve conluio entre concorrentes de licitações destinadas às obras para a realização do mundial.

Segundo a Superintendência, o cartel teria atuado em meados de 2011, quando foram assinados os contratos referentes às obras públicas nos estádios de Brasília, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, de Manaus, de Belo Horizonte, de Fortaleza, de Natal e de Salvador. A Superintendência iniciou uma investigação de licitações complementares aos certames principais, que podem ter sido afetadas pelos acordos entre as empresas que foram apontados como ilícitos.

Nesse caso, o prazo para a apresentação da defesa dos investigados também é de 30 dias.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Minério supera US\$ 122

Os preços do minério de ferro tiveram alta de 0,61%, ontem, no porto chinês de Qingdao. A tonelada com teor de pureza de 62% de foi cotada a US\$ 122,15, segundo a publicação especializada "Fastmarkets MB". No mês, a commodity acumula valorização de 3,11%; no ano, atinge 67,95%. Ontem, a Rio Tinto divulgou que a produção de minério na região de Pilbara, na Austrália, recuou 7%, no segundo trimestre, na comparação anual, para 79,7 milhões de toneladas. As exportações caíram 3%, para 85,4 milhões de toneladas. Segundo a "Dow Jones", o banco de investimento OCBC avalia que o rali da commodity pode estar "perdendo força" em decorrência do alívio nas restrições de oferta e das fracas perspectivas de demanda das siderúrgicas chinesas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Graziella Valenti | De São Paulo

Título: Investidores iniciam arbitragem contra Vale

A Vale tornou-se alvo de uma arbitragem iniciada por investidores institucionais em busca de ressarcimento por perdas sofridas em decorrência do rompimento

da barragem do Feijão, em Brumadinho (MG), em janeiro deste ano. O requerimento foi levado à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM), da B3, no dia 5 deste mês por um grupo com pouco menos de 25 gestoras independentes de recursos e alguns fundos de pensão, conforme o **Valor** apurou com fontes próximas ao caso.

Por ser listada no Novo Mercado, qualquer discussão societária relacionada à mineradora deve ocorrer na CAM, onde os processos são sigilosos. A petição inicial do caso foi registrada na semana passada. A Vale disse não ter conhecimento "desta demanda".

O grupo de requerentes segue aberto a adesões, que poderão ser feitas até a escolha do primeiro árbitro do caso. A primeira adição deve ocorrer ainda nesta semana, elevando o grupo para mais de 30 investidores institucionais. Há alguns dias, a iniciativa começou a circular entre tradicionais casas de investimentos do país e a expectativa é que esse número cresça.

Esses investidores, acionistas da mineradora na data da tragédia (25 de janeiro), querem ser compensados pelas perdas que sofreram com a aplicação nas ações da empresa naquele momento. O processo é conduzido pelo escritório Modesto Carvalhosa Advogados. Consultado, informou que não pode comentar o assunto.

No dia anterior ao rompimento da barragem do Feijão, a Vale estava avaliada em R\$ 296,7 bilhões na B3. No dia posterior ao acontecimento, o valor em bolsa da companhia caiu para R\$ 223,9 bilhões - um tombo de praticamente R\$ 73 bilhões em um único pregão. Ontem, a empresa fechou o dia valendo R\$ 280,3 bilhões.

Cerca de 60% das ações da mineradora estão dispersas entre acionistas de mercado e 3% estão em tesouraria. Os 37% restantes pertencem aos ex-controladores - Litel (fundações Previ, Petros e Funesp), Bradespar, BNDESPar e Mitsui. A companhia deixou de ter um grupo de controle majoritário após a conversão das ações preferenciais em ordinárias para adesão ao Novo Mercado.

O argumento principal dos minoritários é que a Vale não forneceu informações a respeito do risco da barragem do Feijão antes do acidente, para que os investidores pudessem avaliar adequadamente a aplicações de recursos em ações da empresa. O grupo avaliou as informações prestadas a partir do rompimento em 2015 da barragem do Fundão, em Mariana (MG). Sobre isso, a empresa afirma divulgar "regularmente as informações exigidas pelos reguladores aos quais está submetida, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Securities and Exchange Commission (SEC)".

Trata-se de justificativa semelhante à apresentada por acionistas estrangeiros ao Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ), que buscam ressarcimento para o investimento em recibos americanos de ações da companhia (ADRs). Nos EUA, o mecanismo é diverso do brasileiro, pois lá existem as conhecidas ações de classe. Os pedidos ao DoJ estão em fase de certificação. Na CAM, só têm direito à eventual compensação aqueles que fizeram a requisição. Nas arbitragens, os temas são avaliados por um grupo de três árbitros - um de cada parte e um terceiro, o presidente, eleito em consenso pelos dois lados.

A argumentação dos investidores foi calcada - não apenas, mas principalmente - no relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Brumadinho, do Senado Federal, que se tornou público neste mês. O documento descreve, com a apresentação de emails, a circulação de informações entre diretores e gerentes da Vale sobre o risco da barragem que rompeu e a necessidade de procedimentos de segurança. Mas não houve alerta ao mercado sobre o tema.

No balanço do primeiro trimestre, a Vale anunciou uma provisão total de R\$ 17,3 bilhões relacionada à tragédia em Brumadinho. O ajuste foi a principal razão para o prejuízo de R\$ 6,5 bilhões do período, ante lucro de R\$ 5,2 bilhões no mesmo intervalo de 2018. Além disso, em maio, a companhia tinha R\$ 15,6 bilhões em recursos bloqueados pela Justiça em razão do ocorrido. Desse total, cerca de 10% foram liberados após acordo selado com Ministério Público do Trabalho (MPT) nesta semana.

Em arbitragens, é comum que o equivalente ao valor da causa, na Justiça comum, seja determinado apenas após a decisão do mérito, com base em perícia técnica. Além disso, é preciso definir, primeiramente, o tamanho do grupo de requerentes. Com essa iniciativa, duas das cinco maiores companhias brasileiras - Petrobras e Vale - se tornaram alvo de arbitragens de investidores em busca de compensação por prejuízos sofridos com a aplicação em suas ações, por insuficiência de informações.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: WEG avança nos mercados de motores da China e Índia

Com uma atuação cada vez mais globalizada, a fabricante de máquinas e equipamentos brasileira WEG espera manter o ritmo de crescimento acelerado nas suas operações em dois dos mercados mais competitivos do mundo: China e

Índia. Nesta semana, a companhia concluiu a entrega do maior motor de indução já produzido por ela para o mercado chinês. O equipamento, de mais de 45 toneladas, foi fabricado na unidade fabril da Índia, em Hosur, uma parceria entre as áreas comerciais dos dois países que deve render mais frutos no futuro.

"Essa máquina vai servir de referência para nós ganharmos maior participação no mercado chinês", disse Eduardo de Nóbrega, diretor superintendente da WEG Energia e responsável pela unidade da empresa na Índia.

Desde que a companhia inaugurou sua fábrica lá, em fevereiro de 2011, conseguiu conquistar o mercado local, principalmente no fornecimento de motores para o segmento de irrigação e transposição de rios. Outro forte da fábrica indiana é no segmento de equipamentos para geração de energia, que também encontram mercado em países do Sudeste asiático.

Segundo Nóbrega, a WEG tem hoje 35% do mercado da Índia de motores de grande porte, dividindo a liderança com uma estatal local. A China é o próximo mercado na qual a companhia quer crescer nesse segmento. "Estamos trabalhando fortemente para aumentar a participação de máquinas de grande porte na China, com investimentos na área de vendas e engenharia para buscarmos mais oportunidades", disse o executivo.

"Um dos pontos fortes da WEG são nossas sinergias. O motor foi fabricado na Índia usando engenharia também do Brasil e o comissionamento e a entrega foi feita pelas equipes da China. Isso nos dá vantagem competitiva", disse Luis Alberto Tiefensee, diretor superintendente da WEG Motores e responsável pelas operações na China, se referindo ao equipamento instalado no país.

Na China, a WEG já tem uma atuação de destaque na fabricação de motores de baixa e média tensão e produtos em geral com aplicação industrial. No país desde 2004, a brasileira já tem três parques fabris: o primeiro, em Nantong, produz motores elétricos de baixa e alta tensão; em 2014, comprou duas fabricantes de motores elétricos e componentes em Changzhou; em 2015, teve início a construção de uma terceira fábrica em Rugao. Hoje, o parque de Rugao está recebendo investimentos adicionais de US\$ 25 milhões.

Nesse período, o aprendizado sobre o mercado chinês foi intenso. "A Ásia de maneira geral é um mercado muito competitivo, e a velocidade dos negócios é diferente do que no ocidente", disse Tiefensee. Segundo ele, o cliente chinês toma decisões mais assertivas e rápidas, e quer a melhor relação custo benefício

possível, e dispensa "features" (características adicionais nos produtos). "Não necessariamente é um mercado de baixo preço, mas essa competitividade faz com que os preços sejam mais comprimidos", afirmou.

A aposta da WEG nos mercados asiáticos reflete, entre outras razões, o crescimento mais acelerado da economia na região. "Na China sempre temos crescido dois dígitos, acima de 10%, o que é muito quando comparado a outros mercados", disse Tiefensee. Segundo ele, mesmo que as empresas chinesas sejam muito hierarquizadas e voltadas para a figura do líder, as tomadas de decisões são mais ágeis, o que ajuda no ritmo de crescimento dos negócios lá. "No Ocidente, as coisas são mais organizadas e baseadas em documentação. Na China, a coisa flui um pouco mais rápido e também mais informal", explicou.

No mercado indiano, a previsão também é de crescimento contínuo a um ritmo elevado, próximo de 25% neste ano. Além do mercado local, já consolidado, e da exportação de motores para a China, que deve ganhar força com o negócio já realizado, a WEG também exporta da Índia para a Europa e Sudeste Asiático.

No caso destes últimos, as vendas têm sido feita de forma indireta, por meio de parceiros indianos. "Mas temos buscado cada vez mais exportação direta [sem intermediação de parceiros] para países como a China e outros no Sudeste Asiático", disse Nóbrega. Em energia, a companhia também aposta no setor eólico na Índia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Legislação e Tributos

Autor: Joice Bacelo | De Brasília

Título: Raízen fecha acordo em ação de desapropriação

A disputa judicial sobre a entrega de um terreno da Raízen, principal fabricante de etanol de cana-de-açúcar do país, para a Prefeitura de São José dos Campos, em São Paulo, foi encerrada com um acordo entre as partes. Esse caso ganhou visibilidade depois de o Judiciário ter permitido a ampliação do prazo que estava previsto para a desapropriação da área - que servirá para a construção de uma avenida.

Os donos dos imóveis que são considerados de utilidade pública geralmente não têm muita voz nas ações de desapropriação. Conseguem discutir o valor da indenização, mas há uma limitação para tratar sobre o motivo e o prazo para a entrega. Por isso, o caso da Raízen ganhou destaque.

A empresa havia conseguido, na Justiça, alargar o limite de 30 dias imposto pelo município. A decisão, unânime, foi proferida pela 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Os desembargadores consideraram o prazo "irrazoável" para a remoção de todos os equipamentos da empresa do local (processo nº 2247843-16.2018.8.26.0000).

"Não é admissível no bojo da ação de desapropriação discussão sobre o mérito da medida decidida na esfera de competência exclusiva da autoridade administrativa. Entretanto, diante da complexidade e a peculiaridade presentes, merece guarida o pedido formulado", afirmou na ocasião o relator do caso, desembargador Marcelo Theodósio.

O terreno em discussão é uma parcela da área em que está localizado o centro de distribuição da Raízen. No local funciona toda a parte de telecomunicações, de combate a incêndio e de controle de entrada e saída dos caminhões carregados com combustível. A empresa argumentou no processo que precisava de tempo para adequar a sua estrutura.

A entrega do imóvel em 30 dias, como estabeleceu a prefeitura, poderia ter impossibilitado o fornecimento de combustível para mais de cem municípios da região, incluindo São José dos Campos, segundo a empresa.

Ficou definido, então, que o prazo final seria o dia 30 de junho. Era maior do que o estabelecido pela prefeitura, mas ainda considerado insuficiente pela companhia - que ingressou com novo recurso. Em meio à tramitação do processo, no entanto, as partes chegaram a um acordo.

A Raízen permitiu o acesso imediato da prefeitura à área e em troca conseguiu mais 30 dias, além do previsto pela Justiça, para se retirar, por completo, do local. Esse período será utilizado pela empresa principalmente para a retirada do quadro de luz e da cabine de transmissão de dados que ainda existem no terreno, serviço que será executado pelas concessionárias de serviço público de energia elétrica e telefonia.

"Continuar com a briga seria ruim para todo mundo", diz o advogado Helder Moroni Câmara, do PMMF Advogados e representante da empresa no caso. "Pela decisão do tribunal, se tivéssemos entregado o imóvel, nós não teríamos mais acesso a ele. As obras que estivessem pendentes, ficariam pendentes. Mas havia chances de, com o recurso, aumentar o prazo", complementa.

O acordo foi feito de forma extrajudicial e homologado pelo juiz da 1ª Vara de Fazenda Pública de São José dos Campos.

Procurada pelo **Valor**, a prefeitura informou, por meio de nota, que o acordo permitiu antecipar a entrada na área e que já está no local executando as obras.

"Esse acordo é um passo importante para a construção da Rotatória do Gás, no Jardim Americano, na região leste de São José dos Campos", afirma no texto.

As tratativas com a empresa, segundo a prefeitura, não afetam o cronograma de entrega da obra viária, "que trará benefícios à população que circula pelo local, por onde passam dezenas de linhas de ônibus e milhares de veículos" e também "bastante usado por caminhões do transporte de carga do setor petroquímico".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Finanças

Autor: Gustavo Ferreira | De São Paulo

Título: Dividendo renova apelo com juro baixo

O maior atrativo para alguém investir na bolsa é a perspectiva de alta de uma ou mais ações. Aquele mecanismo simples de comprar um papel esperando ficar mais caro para, lá na frente, lucrar com a revenda. Mas alguns investidores locais ganharam um bom retorno com suas ações, acima dos 6,5% ao ano da taxa básica de juros (Selic), sem ter de se preocupar muito com o sobe e desce dos papéis.

Levantamento feito pela Eleven Financial a pedido do **Valor Investe** mostra que, em 12 meses terminados no primeiro semestre de 2019, 32 das ações de empresas listadas na B3 pagaram "dividend yield" - índice obtido pela divisão do dividendo pago pelo preço da ação - acima da Selic, considerada taxa livre de risco e referência de piso aceitável do retorno no país. Esses papéis bateram, por exemplo, a rentabilidade do investimento em títulos públicos como o Tesouro Selic, vendido pelo Tesouro Direto, considerados a aplicação mais segura do mercado.

Entre essas empresas está a construtora Direcional, que figura no topo da lista de maior dividend yield após pagar altos proventos para os acionistas. A empresa conseguiu elevar os proventos com as receitas da venda de ativos para um fundo imobiliário, tipo de operação que não se repete a toda hora.

Além disso, Carlos Daltozo, chefe de renda variável da Eleven, alerta que é preciso cuidado ao olhar esse indicador. Caso o preço da ação esteja muito depreciado, o resultado da divisão de um número pelo outro resultará num indicador distorcido.

Para Daltozo, a lista não traz surpresas. De acordo com ele, é esperado que entre as empresas que paguem bons dividendos recorrentes figurem aquelas com boa previsibilidade de caixa e que geram muitas receitas, caso das

companhias que prestam serviços públicos como as companhias do setor de energia, que aparecem sete vezes na lista de maior retorno com proventos.

Na verdade, esse status acaba de ser recuperado pelas elétricas, casos de AES Tietê (TIET11) e Cemig (CMIG4).

Em 2012, a aprovação da medida provisória 579 antecipou a renovação de contratos de concessões com o setor público e forçou a redução artificial de tarifas de energia elétrica. Apenas recentemente as contas das companhias do setor elétrico se recuperaram dessa situação.

Outro segmento tradicional considerado bom pagador de dividendos que havia perdido um pouco de espaço na listagem nos últimos tempos foi o setor bancário. Os bancos aparecem agora nada menos que 11 vezes nesse levantamento.

Após ajustes dos bancos em seus quadros para se adequarem às normas do Acordo de Basileia 3, explica Daltozo, os papéis das instituições financeiras voltaram a figurar com força nesse grupo seleto de alto pagamento de proventos aos acionistas. Além dos bancos, aparecem na lista a BB Seguridade, a corretora de seguros Wiz e a Itaúsa.

Quem não aparece nessa lista, mas deve se destacar em breve, são as ações da Embraer (EMBR3). A empresa neste momento está concluindo o processo de venda de 80% de sua divisão de aviação comercial para a americana Boeing.

"Nos próximos 12 meses é praticamente certeza que vá pagar", diz Daltozo. "A dúvida é se no final deste ano ou no começo do ano que vem, mas já foi anunciado o pagamento de US\$ 1,6 bilhões em dividendos extraordinários", completou.

Nas contas do analista, o pagamento de dividendos pela Embraer aos seus acionistas representaria um dividend yield de 28% - o que colocaria a empresa do topo do ranking de melhores retornos com dividendos da bolsa brasileira nos próximos meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 17/07/2019

Seção: Finanças

Autor: André Mizutani e Gabriel Roca | De São Paulo

Título: Wall Street tem pregão negativo com petróleo

Três eventos estavam sendo aguardados pelos investidores ontem: os novos comentários do presidente do Federal Reserve, Jerome Powell; os dados de

vendas no varejo dos EUA; e os balanços trimestrais de J.P. Morgan, Goldman Sachs e Wells Fargo. Nenhum deles, entretanto, empolgou o mercado e a queda acentuada dos preços do petróleo acabou servindo como principal catalisador para os índices de Nova York, que fecharam em baixa.

Os preços da commodity sofreram fortes perdas depois que o presidente dos EUA, Donald Trump, disse em uma reunião de gabinete que houve progresso nas negociações com o Irã. A afirmação reduziu os receios sobre a oferta de petróleo do país, pressionando os preços.

Os contratos futuros de petróleo para setembro do Brent fecharam em queda de 3,2%, cotados a US\$ 64,35 o barril, enquanto os papéis para agosto do WTI caíram 3,28%, a US\$ 57,62 o barril. A queda dos preços, por sua vez, pressionou as ações do setor de energia, que fecharam na ponta negativa do S&P 500, com desvalorização de 1,13%.

Apesar do recuo expressivo do setor energético, o S&P 500 conseguiu se manter acima do nível dos 3 mil pontos, ao encerrar em baixa de 0,34%, a 3.004,04 pontos. O Dow Jones, por sua vez, fechou em leve queda de 0,09%, a 27.335,63 pontos, enquanto o Nasdaq recuou 0,43%, a 8.222,79 pontos.

As ações do setor financeiro fecharam em queda de 0,26%, embora os três bancos que divulgaram seus balanços trimestrais ontem tenham reportado resultados ligeiramente acima do esperado. Mesmo o Goldman Sachs, que anunciou uma queda dos lucros em relação ao ano passado, teve redução menor do que a esperada e ampliou o pagamento de dividendos - suas ações acabaram por fechar em alta de 1,87%.

Dentre os indicadores econômicos de ontem, destaque para as vendas no varejo nos EUA, que aumentaram 0,4% em junho. A alta superou a previsão dos economistas, de 0,1%. O dado de produção industrial no país, por sua vez, ficou estável em junho, contrariando a expectativa dos economistas, de alta de 0,2%.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/07/2019

Seção: Economia

Autor: Anne Warth e Adriana Fernandes / Brasília

Título: Governo muda de tática para vender Eletrobrás

Novo projeto em preparação prevê que a União abra mão do controle da estatal ao vender ações em Bolsa; proposta deve enfrentar resistências

O governo prepara um novo projeto de lei para enviar ao Congresso com o objetivo de viabilizar a privatização da Eletrobrás. A ideia é que a União perca o

controle acionário da empresa ao diminuir sua participação dos atuais 60% para menos de 50%.

Com o dinheiro que captar com a venda das ações na B3, a bolsa paulista, a Eletrobrás vai pagar a União pelo direito de operar usinas hidrelétricas a preços de mercado (hoje, a empresa só recebe por seus custos). A previsão é de um pagamento de R\$ 12 bilhões.

É essa receita - a chamada outorga - que o governo contabilizará no Orçamento assim que a remodelagem da operação ficar acertada e o novo projeto de lei for aprovado pelo Congresso.

Desde o início do governo Jair Bolsonaro, a privatização da estatal ficou em banho-maria enquanto os técnicos discutiam a possibilidade de revisão do modelo de venda anunciado na gestão anterior.

A necessidade de receitas novas para fechar as contas, no entanto, acelerou as discussões internas. A medida faz parte da agenda pós-reforma da Previdência, que começa a sair do forno. O Estadão/Broadcast apurou que o governo reconhece as dificuldades para avançar com o projeto no Congresso, mas espera ter o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, principal articulador e responsável pelo êxito na tramitação da reforma da Previdência.

Maia, no entanto, disse ao Estado, no sábado, que pautas sobre privatização têm pouquíssimas chances de obter votos. Ele deixou claro que está disposto a "abraçar" pautas de Estado, e não de governo. "Privatização é uma pauta de governo. Eu defendo, mas é difícil ter voto para aprovar privatização nesse ambiente que ficou nos últimos meses na Câmara", disse.

Com os recursos da operação, R\$ 6 bilhões seriam devolvidos ao consumidor, por meio de descontos tarifários - os valores iriam para um fundo setorial que paga subsídios e programas sociais e hoje é uma das maiores despesas na conta de luz. No entanto, mesmo assim, como a Eletrobrás poderá vender sua energia a preços de mercado, os descontos não vão compensar o novo preço que a empresa cobrará pela energia.

O governo conta com essa arrecadação bilionária para conseguir desbloquear parte do Orçamento, mas só pode fazer isso quando houver uma data concreta para a operação. Mesmo os mais otimistas, porém, não acreditam que isso possa ocorrer ainda neste ano.

A Eletrobrás foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND) por meio de lei. O entendimento jurídico do governo é de que, para voltar a incluí-la no PND, seria necessário, novamente, aprovar um novo texto. É a mesma situação de Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa.

A ideia de enviar um novo projeto visa a dar legitimidade ao plano, deixando claro que o governo Bolsonaro o apoia, em vez de simplesmente "ressuscitar" o texto enviado por Temer. Há, porém, poucas diferenças em relação à proposta anterior, que chegou ao Congresso em janeiro de 2018 e foi arquivada.

Fontes da equipe econômica admitem que é preciso vencer resistências no próprio governo para privatizar a Eletrobrás.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/07/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobrás vai encerrar operações no Uruguai

A Petrobrás fechou um acordo com o governo do Uruguai para deixar as concessões que possui atualmente no país. Em comunicado, a estatal anunciou que serão tomadas as medidas necessárias para o encerramento dessas concessões até o dia 30 de setembro.

Segundo a companhia, o governo do Uruguai vai assumir as concessões da Conecta e da Distribuidora de Gás de Montevideo. Ficou acertado que ambas as partes vão colocar um ponto final nas disputas pendentes, sem pleitos adicionais.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/07/2019

Seção: Cotidiano

Autor: Angela Pinho

Título: Após corte de luz, MEC processa UFMT por 'má gestão'

São Paulo- Após a UFMT (Universidade Federal de Mato Grosso) ter o fornecimento de Energia cortado por falta de pagamento, o Ministério da Educação afirmou nesta terça-feira (16) que irá tomar medidas administrativas e judiciais contra aqueles que chamou de "envolvidos pela má gestão" da instituição.

O anúncio foi feito no momento em que o MEC apresentava a reitores um novo programa para a gestão das universidades federais, chamado Future-se. Enquanto os dirigentes estavam na reunião, o ministro Abraham Weintraub afirmou no Twitter que considera "um absurdo as contas de Energia da UFMT não terem sido pagas".

Na nota divulgada pouco antes, o MEC afirmou que vai adotar medidas emergenciais para restabelecer a Energia nos campi da universidade e que, quando soube da iminência do corte na quinta-feira (11), autorizou o repasse de R\$ 4,5 milhões à instituição.

A dívida com a concessionária de Energia, que de acordo com a nota foi herdada do governo anterior, seria de R\$ 1,8 milhão.

Em nota, a UFMT afirmou ter sido surpreendida pelo corte de Energia e disse que, assim que isso ocorreu, entrou em contato com o MEC para a liberação dos recursos necessários para o pagamento do débito. O pagamento foi feito, e o fornecimento de Energia foi restabelecido no final da tarde.

O corte de luz ocorre dois dias depois de o ministro afirmar que isso não tinha acontecido com nenhuma universidade mesmo com o contingenciamento de verbas imposto pelo governo Jair Bolsonaro (PSL), que atingiu em média 30% da despesa discricionária das universidades.

Os dirigentes das instituições federais de ensino foram chamados ao ministério nesta terça-feira (16) para conhecer as diretrizes do programa Future-se, cujo lançamento será nesta quarta (17). Um dos pontos deve ser o incentivo para que as universidades busquem recursos próprios para o seu orçamento.

A adesão, de acordo com o que já afirmou o ministro, seria voluntária.

O ministro defendeu a ação em postagem no Twitter. "Chega de ideias do passado, chega de crise, chega de contingenciamento. Vamos juntos, vamos para o futuro", disse, em um vídeo publicitário.

No último domingo (14), após rumores em redes sociais, o ministro negou pretender cobrar mensalidade de alunos de graduação.

Desde que assumiu o cargo, Weintraub tem relação conflituosa com as universidades e chegou a dizer que algumas delas teriam verbas cortadas por promoverem "balbúrdia" em seus campi.

Colaborou Ricardo Delia Coletta

MME / ASCOM .